

2º Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior 2024

SILVIA FERNANDES DA CUNHA CARDOSO
Secretário(a) de Saúde

Sumário

1. Identificação

- 1.1. Informações Territoriais
- 1.2. Secretaria de Saúde
- 1.3. Informações da Gestão
- 1.4. Fundo de Saúde
- 1.5. Plano de Saúde
- 1.6. Informações sobre Regionalização
- 1.7. Conselho de Saúde

2. Introdução

3. Dados Demográficos e de Morbimortalidade

- 3.1. População estimada por sexo e faixa etária
- 3.2. Nascidos Vivos
- 3.3. Principais causas de internação por local de residência
- 3.4. Mortalidade por grupos de causas

4. Dados da Produção de Serviços no SUS

- 4.1. Produção de Atenção Básica
- 4.2. Produção de Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos
- 4.3. Produção de Atenção Psicossocial por Forma de Organização
- 4.4. Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos
- 4.5. Produção de Assistência Farmacêutica
- 4.6. Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos

5. Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

- 5.1. Por tipo de estabelecimento e gestão
- 5.2. Por natureza jurídica
- 5.3. Consórcios em saúde

6. Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

7. Programação Anual de Saúde - PAS

- 7.1. Diretrizes, objetivos, metas e indicadores

8. Indicadores de Pactuação Interfederativa

9. Execução Orçamentária e Financeira

- 9.1. Execução da programação por fonte de recurso, subfunção e categoria econômica
- 9.2. Indicadores financeiros
- 9.3. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)
- 9.4. Covid-19 Repasse União
- 9.5. Covid-19 Recursos Próprios
- 9.6. Covid-19 Repasse Estadual

10. Auditorias

11. Análises e Considerações Gerais

1. Identificação

1.1. Informações Territoriais

UF	MT
Município	FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE
Região de Saúde	Sudoeste Matogrossense
Área	890,95 Km²
População	3.187 Hab
Densidade Populacional	4 Hab/Km²

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)
Data da consulta: 09/09/2024

1 .2. Secretaria de Saúde

Nome do Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE FIGUEIROPOLIS
Número CNES	7041462
CNPJ	A informação não foi identificada na base de dados
CNPJ da Mantenedora	01367762000193
Endereço	RUA ALAGOAS 332
Email	secsaude@figueiropolisdoeste.mt.gov.br
Telefone	65 3235 1365

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)
Data da consulta: 09/09/2024

1 .3. Informações da Gestão

Prefeito(a)	EDUARDO FLAUSINO VILELA
Secretário(a) de Saúde cadastrado no período	SILVIA FERNANDES DA CUNHA CARDOSO
E-mail secretário(a)	GEANE@FIGUEIROPOLISDOESTE.MT.GOV.BR
Telefone secretário(a)	65984059700

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)
Data da consulta: 09/09/2024

1.4. Fundo de Saúde

Instrumento de criação	Informação indisponível na base de dados do SIOPS
Data de criação	Informação indisponível na base de dados do SIOPS
CNPJ	Informação indisponível na base de dados do SIOPS
Natureza Jurídica	Informação indisponível na base de dados do SIOPS
Nome do Gestor do Fundo	Informação indisponível na base de dados do SIOPS

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)
Data da consulta: 09/09/2024

1.5. Plano de Saúde

Período do Plano de Saúde	2022-2025
Status do Plano	Aprovado

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online
Data da consulta: 21/09/2022

1.6. Informações sobre Regionalização

Região de Saúde: Sudoeste Matogrossense

Município	Área (Km²)	População (Hab)	Densidade
CAMPOS DE JÚLIO	6804.577	8822	1,30
COMODORO	21743.362	18238	0,84
CONQUISTA D'OESTE	2698.008	3760	1,39
FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE	890.949	3187	3,58

JAURO	1217.48	8367	6,87
NOVA LACERDA	4734.162	6670	1,41
PONTES E LACERDA	8423.347	52018	6,18
RONDOLÂNDIA	12653.688	3505	0,28
VALE DE SÃO DOMINGOS	2001.347	2904	1,45
VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE	13630.948	16774	1,23

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)
 Ano de referência: 2025

Não há informações cadastradas para o período do Conselho de Saúde

• Considerações

A população do município constitui-se de focos de migração dos Estados de Minas Gerais, seguido de Goiás, Paraná e regiões nordestinas. Figueirópolis está situada em região que apresentou a peculiaridade de registrar uma das maiores taxas de crescimento do país, face a política desenvolvimentista implantada pelo governo federal, que via o oeste brasileiro como uma fronteira agrícola inesgotável, dada a imensidade de terras férteis e inexploradas. A Lei Estadual nº 3.992, de 26 de junho de 1978, criou o distrito de Figueirópolis, com território jurisdicionado ao município de Jauru. A Lei Estadual nº 5.015, de 13 de maio de 1986, de autoria das bancadas do PDS e PMDB, criou o município: §Artigo nº 1 - Fica criado o município de Figueirópolis d'Oeste, com território desmembrado do município de Jauru, situado no distrito do mesmo nome.

2. Introdução

- Análises e Considerações sobre Introdução

O Relatório de Gestão é uma obrigação legal, que tem a finalidade de demonstrar o resultado das metas pactuadas na programação anual, a produção realizada e a execução orçamentária e financeira para o período. Dessa forma, a Secretaria Municipal de Saúde de Figueirópolis D'Oeste apresenta o relatório do 2º quadrimestre de 2024.

3. Dados Demográficos e de Morbimortalidade

A disponibilização dos dados do SINASC, SIM e SIH, no DGMP, depende do prazo de publicação, respectivamente, pelos DAENT/SVSA e DRAC/SAES

3.1. População estimada por sexo e faixa etária

Período: 2021

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
0 a 4 anos	124	119	243
5 a 9 anos	124	121	245
10 a 14 anos	121	103	224
15 a 19 anos	100	105	205
20 a 29 anos	225	252	477
30 a 39 anos	263	266	529
40 a 49 anos	247	268	515
50 a 59 anos	209	209	418
60 a 69 anos	151	150	301
70 a 79 anos	87	86	173
80 anos e mais	42	39	81
Total	1693	1718	3411

Fonte: Estimativas preliminares elaboradas pelo Ministério da Saúde/SVS/DASNT/CGIAE (DataSUS/Tabnet)
Data da consulta: 10/05/2025.

3.2. Nascidos Vivos

Número de nascidos vivos por residência da mãe.

Unidade Federação	2020	2021	2022	2023
FIGUEIROPOLIS D'OESTE	44	32	22	30

Fonte: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (MS/SVS/DASIS/SINASC)
Data da consulta: 10/05/2025.

3.3. Principais causas de internação por local de residência

Morbidade Hospitalar de residentes, segundo capítulo da CID-10.

Capítulo CID-10	2020	2021	2022	2023	2024
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	7	11	2	7	7
II. Neoplasias (tumores)	10	10	23	16	23
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	1	1	7	3	3
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	2	1	5	2	-
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	-	1	1	-
VI. Doenças do sistema nervoso	1	3	2	3	4
VII. Doenças do olho e anexos	-	-	-	1	1
VIII.Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	-	-	-	-
IX. Doenças do aparelho circulatório	11	14	11	22	31
X. Doenças do aparelho respiratório	4	5	5	18	15
XI. Doenças do aparelho digestivo	14	20	16	23	27
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	2	1	-	5	12
XIII.Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	1	3	-	1	-
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	7	5	7	19	37
XV. Gravidez parto e puerpério	16	10	15	22	31
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	-	2	1	2	1
XVII.Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	1	1	2	4	3
XVIII.Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	1	-	3	4	3
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	15	15	25	37	34

XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-
XXI. Contatos com serviços de saúde	1	1	-	5	3
CID 10ª Revisão não disponível ou não preenchido	-	-	-	-	-
Total	94	103	125	195	235

Fonte: Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)
Data da consulta: 10/05/2025.

3.4. Mortalidade por grupos de causas

Mortalidade de residentes, segundo capítulo CID-10

Capítulo CID-10	2020	2021	2022	2023
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	1	8	3	1
II. Neoplasias (tumores)	3	1	7	4
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	-	-	-	-
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	4	1	2	2
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	-	-	-
VI. Doenças do sistema nervoso	-	-	1	1
VII. Doenças do olho e anexos	-	-	-	-
VIII.Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	-	-	-
IX. Doenças do aparelho circulatório	5	2	6	5
X. Doenças do aparelho respiratório	1	3	5	1
XI. Doenças do aparelho digestivo	1	1	2	2
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	-	-	-	-
XIII.Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	-	-	-	-
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	1	-	-	4
XV. Gravidez parto e puerpério	-	-	-	-
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	-	-	-	1
XVII.Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	-	-	-	1
XVIII.Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	3	9	4	4
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	-	-	-	-
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	1	4	1	2
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	-	-	-
XXII.Códigos para propósitos especiais	-	-	-	-
Total	20	29	31	28

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (MS/SVS/CGIAE/SIM-TABNET)
Data da consulta: 10/05/2025.

• Análises e Considerações sobre Dados Demográficos e de Morbimortalidade

Distribuição Populacional por Faixa Etária: A população é ligeiramente maior entre as mulheres (1718) do que entre os homens (1693), totalizando 3411 pessoas. A faixa etária mais populosa é de 30 a 39 anos, com 529 pessoas, seguida pela faixa de 20 a 29 anos (477). As faixas etárias mais jovens (0 a 19 anos) representam 26,5% da população, enquanto as pessoas com 60 anos ou mais representam 16,1%.

Nascidos Vivos (2019-2023): Houve uma diminuição significativa no número de nascimentos em Figueirópolis D'Oeste, passando de 52 nascimentos em 2019 para 30 em 2023.

Principais Causas de Internação: As doenças do aparelho digestivo e as lesões por causas externas foram as principais causas de internação, com variações ao longo dos anos.

Mortalidade por Grupos de Causas: As doenças do aparelho circulatório e respiratório, além de infecções e neoplasias, foram as principais causas de morte.

4. Dados da Produção de Serviços no SUS

A disponibilização dos dados do SIS AB, SIA e SIH, no DGMP, depende do prazo de publicação, respectivamente, pelos DESF/SAPS e DRAC/SAES

4.1. Produção de Atenção Básica

Tipo de Produção	Quantidade
Visita Domiciliar	15.761
Atendimento Individual	3.490
Procedimento	6.329
Atendimento Odontológico	370

Fonte: Sistema de informação em Saúde para a Atenção Básica - SISAB

4.2. Produção de Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos

Caráter de atendimento: Urgência

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais		Sistema de Informações Hospitalares	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado	AIH Pagas	Valor total
01 Acoes de promocao e prevencao em saude	-	-	-	-
02 Procedimentos com finalidade diagnostica	-	-	-	-
03 Procedimentos clinicos	2	22,00	-	-
04 Procedimentos cirurgicos	-	-	-	-
05 Transplantes de orgaos, tecidos e celulas	-	-	-	-
06 Medicamentos	-	-	-	-
07 Orteses, proteSES e materiais especiais	-	-	-	-
08 Acoes complementares da atencao a saude	-	-	-	-

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)
Data da consulta: 10/05/2025.

1º RDQA - Período de Referência: Janeiro a Abril
2º RDQA - Período de Referência: Janeiro a Agosto
3º RDQA - Período de Referência: Janeiro a Dezembro

4.3. Produção de Atenção Psicossocial por Forma de Organização

Não há informações cadastradas para o período

4.4. Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais		Sistema de Informações Hospitalares	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado	AIH Pagas	Valor total
01 Acoes de promocao e prevencao em saude	2245	-	-	-
02 Procedimentos com finalidade diagnostica	5853	29413,43	-	-
03 Procedimentos clinicos	11284	24122,47	-	-
04 Procedimentos cirurgicos	4	46,32	-	-
05 Transplantes de orgaos, tecidos e celulas	-	-	-	-
06 Medicamentos	-	-	-	-
07 Orteses, proteSES e materiais especiais	-	-	-	-
08 Acoes complementares da atencao a saude	3642	18027,90	-	-

Fonte: Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)
Data da consulta: 10/05/2025.

1º RDQA - Período de Referência: Janeiro a Abril
2º RDQA - Período de Referência: Janeiro a Agosto
3º RDQA - Período de Referência: Janeiro a Dezembro

4.5. Produção de Assistência Farmacêutica

Esse item refere-se ao componente especializado da assistência farmacêutica, sob gestão da esfera estadual. Portanto, não há produção sob gestão municipal.

4.6. Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos

Financiamento: Vigilância em Saúde

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado
02 Procedimentos com finalidade diagnostica	13	-
Total	13	-

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)

1º RDQA - Período de Referência: Janeiro a Abril

2º RDQA - Período de Referência: Janeiro a Agosto

3º RDQA - Período de Referência: Janeiro a Dezembro

Data da consulta: 10/05/2025.

- Análises e Considerações sobre Dados da Produção de Serviços no SUS

O município apresentou uma produção ambulatorial significativa, com destaque para as ações de promoção e prevenção em saúde, procedimentos com finalidade diagnóstica, procedimentos clínicos e ações complementares à atenção à saúde.

Ações de Promoção e Prevenção em Saúde: Neste grupo, foram aprovadas 2.245 ações, refletindo o compromisso do município em implementar programas voltados para a promoção da saúde e prevenção de doenças. Essas ações são fundamentais para reduzir a incidência de doenças evitáveis e melhorar a qualidade de vida da população.

Procedimentos com Finalidade Diagnóstica: Foram aprovados 5.853 procedimentos diagnósticos, com um valor total aprovado de R\$ 29.413,43. Esses procedimentos são essenciais para a identificação precoce de doenças, permitindo intervenções oportunas e mais eficazes.

5. Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

5.1. Por tipo de estabelecimento e gestão

A disponibilização dos dados do SCNES, no DGMP, depende do prazo de publicação pelo DRAC/SAES.

Período 08/2024

Rede física de estabelecimentos de saúde por tipo de estabelecimentos				
Tipo de Estabelecimento	Dupla	Estadual	Municipal	Total
LABORATORIO DE SAUDE PUBLICA	0	0	1	1
CENTRAL DE REGULACAO DO ACESSO	0	0	1	1
CENTRAL DE GESTAO EM SAUDE	0	0	1	1
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA	0	0	1	1
CLINICA/CENTRO DE ESPECIALIDADE	0	0	2	2
FARMACIA	0	0	1	1
Total	0	0	7	7

Observação: Os dados apresentados referem-se ao número de estabelecimentos de saúde públicos ou prestadores de serviços ao SUS
Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)
Data da consulta: 09/09/2024.

5.2. Por natureza jurídica

Período 08/2024

Rede física de estabelecimentos de saúde por natureza jurídica				
Natureza Jurídica	Municipal	Estadual	Dupla	Total
ADMINISTRACAO PUBLICA				
MUNICIPIO	7	0	0	7
Total	7	0	0	7

Observação: Os dados apresentados referem-se ao número de estabelecimentos de saúde públicos ou prestadores de serviços ao SUS
Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)
Data da consulta: 09/09/2024.

5.3. Consórcios em saúde

Período 2024

Participação em consórcios			
CNPJ	Natureza	Area de atuação	Participantes
01870663000120	Direito Público	Consulta médica especializada	MT / FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online
Data da consulta: 09/09/2024.

- Análises e Considerações sobre Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS
- O município apresenta uma rede física de saúde composta por sete estabelecimentos municipais. Esses estabelecimentos são variados e fundamentais para atender às diversas necessidades da população. Abaixo está a distribuição dos estabelecimentos por tipo:
1. Laboratório de Saúde Pública: 1 unidade.
 2. Central de Regulação do Acesso: 1 unidade.
 3. Central de Gestão em Saúde: 1 unidade.
 4. Centro de Saúde/Unidade Básica: 1 unidade.
 5. Clínica/Centro de Especialidade: 2 unidades.
 6. Farmácia: 1 unidade.
- Esse conjunto de estabelecimentos evidencia a presença de uma infraestrutura básica necessária para garantir a prestação de serviços de saúde no município. A presença de uma Clínica/Centro de Especialidade e um Laboratório de Saúde Pública é particularmente importante para a realização de exames e atendimento especializado, aumentando a capacidade de diagnóstico e tratamento dentro do próprio município.
- Além disso, o município participa de um consórcio público que abrange a área de consulta médica especializada, compartilhado com o município de Figueirópolis D'Oeste (CNPJ: 01.870.663/0001-20). Este consórcio visa melhorar o acesso a serviços especializados, promovendo a colaboração entre municípios para otimizar os recursos disponíveis e ampliar a oferta de cuidados médicos especializados para a população local.

6. Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

A disponibilização dos dados do SCNES, no DGMP, depende do prazo de publicação pelo DRAC/SAES.

Período 02/2024

Postos de trabalho ocupados, por ocupação e forma de contratação						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	CBOs médicos	CBOs enfermeiro	CBOs (outros) nível superior	CBOs (outros) nível médio	CBOs ACS
Pública (NJ grupo 1)	Estatutários e empregados públicos (0101, 0102)	0	4	6	18	11
	Intermediados por outra entidade (08)	5	2	1	0	0
Postos de trabalho ocupados, por Contrato Temporário e Cargos em Comissão						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	CBOs médicos	CBOs enfermeiro	CBOs (outros) nível superior	CBOs (outros) nível médio	CBOs ACS
Pública (NJ grupo 1)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 010302, 0104)	3	1	1	1	0

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)
Data da consulta: 20/10/2025.

Postos de trabalho ocupados, por ocupação e forma de contratação					
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	2020	2021	2022	2023
Pública (NJ grupo 1)	Estatutários e empregados públicos (0101, 0102)	32	31	36	39
Postos de trabalho ocupados, por Contrato Temporário e Cargos em Comissão					
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	2020	2021	2022	2023
Pública (NJ grupo 1)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 010302, 0104)	20	17	17	15

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)
Data da consulta: 20/10/2025.

• Análises e Considerações sobre Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

No município, a ocupação de postos de trabalho na área da saúde é realizada por meio de duas principais formas de contratação: estatutários/empregados públicos e contratos temporários/cargos em comissão. Essa distribuição revela que a maioria dos profissionais de saúde que atuam no município, especialmente os de nível médio e ACS, são contratados como estatutários ou empregados públicos. Entretanto, há uma presença significativa de contratos temporários e cargos em comissão, especialmente entre médicos e enfermeiros, o que pode refletir uma estratégia do município para atender a demandas específicas ou suprir necessidades temporárias na força de trabalho da saúde.

7. Programação Anual de Saúde - PAS

7.1. Diretrizes, objetivos, metas e indicadores

DIRETRIZ Nº 1 - Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde de qualidade, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política da atenção básica.

OBJETIVO Nº 1 .1 - Qualificar as ações e serviços da atenção primária de forma ampliada, integrada e planejada.									
Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2024	Unidade de medida - Meta	Resultado do Quadrimestre	% meta alcançada da PAS
1. Promover a aquisição de equipamentos e materiais permanentes para a Atenção Primária	Número de aquisições por ano	Número	2021	1	1	1	Número	2,00	200,00
Ação Nº 1 - Realizar levantamento de equipamentos e materiais permanentes necessários por ambiente para compor a unidade;									
Ação Nº 2 - Elaborar o Termo de Referência dos equipamentos e materiais permanentes necessários de acordo com o levantamento e prioridade estabelecida;									
Ação Nº 3 - Realizar a solicitação de compras dos itens licitados									
2. Melhorar a estrutura das unidades da Atenção Primária, através da reforma e/ou ampliação da Unidade de Saúde da Família	Número de unidade reformada e/ou ampliada	0			3	1	Número	0	0
Ação Nº 1 - Buscar parcerias para viabilizar o apoio financeiro de outros entes federados;									
Ação Nº 2 - Realizar processo licitatório para reforma e/ou ampliação.									
3. Ampliar a frota de veículos da Atenção Primária.	Número de veículos adquiridos	0			8	1	Número	0	0
Ação Nº 1 - Elaborar processo de aquisição e solicitar junto a Prefeitura Municipal;									
Ação Nº 2 - Adquirir veículos de acordo com necessidade das unidades da atenção primária.									
4. Fortalecer a Atenção Primária, através da manutenção do Programa de Saúde da Família.	Número de programa mantido anualmente	0			1	1	Número	1,00	100,00
Ação Nº 1 - Manter as equipes saúde da família estruturadas;									
Ação Nº 2 - Garantir recursos financeiros para manutenção dos serviços;									
Ação Nº 3 - Avaliar a qualidade da prestação de serviço;									
Ação Nº 4 - Garantir a equipe mínima para a unidade da atenção básica.									
5. Fortalecer a Linha de Cuidado em Saúde Bucal, através da manutenção das atividades desenvolvidas pelo programa de Saúde Bucal.	Número de programa em plena atividade no ano	0			1	1	Número	1,00	100,00
Ação Nº 1 - Manter as equipes de saúde bucal estruturadas;									
Ação Nº 2 - Garantir recursos financeiros para manutenção dos serviços;									
Ação Nº 3 - Avaliar a qualidade da prestação de serviço.									
6. Garantir e manter as ações de promoção á saúde e prevenção de doenças realizado pelo programa de agentes comunitários de saúde.	Número de programa em plena atividade no ano	0			1	1	Número	1,00	100,00
Ação Nº 1 - Manter média anual de visitas domiciliares pelos ACS -Agentes Comunitários de Saúde;									
Ação Nº 2 - Manter a equipe saúde da família estruturada;									
Ação Nº 3 - Garantir recursos financeiros para manutenção dos serviços;									
Ação Nº 4 - Avaliar a qualidade da prestação de serviço.									
7. Promover a prevenção através da manutenção do Programa Saúde na Escola (PSE).	Número de programa em pleno funcionamento no ano	0			1	1	Número	1,00	100,00

Ação Nº 1 - Realizar aquisição de insumos e/ou equipamentos necessários ao desenvolvimento das ações do PSF;									
Ação Nº 2 - Inserir todas as informações das ações realizadas no PSE (produção) no sistema de informação para atualização dos dados;									
Ação Nº 3 - Realizar o monitoramento e a avaliação das ações do PSE para que seja realizado o aperfeiçoamento das atividades, bem como a reorientação das ações, quando necessário									
8. Intensificar as coletas dos exames citopatológicos de colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos.	Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária	Razão	2020	0,44	0,30	0,30	Razão	0,03	10,00
Ação Nº 1 - Realizar busca ativa e intensificar as ações para a coleta de preventivo de Câncer de colo uterino nas mulheres de 25 a 64 anos na população residente no município;									
Ação Nº 2 - Aprimorar e fortalecer o monitoramento e acompanhamento assistencial das pacientes com alterações citológicas de colo uterino, a fim de promover o acesso ao tratamento em tempo oportuno;									
Ação Nº 3 - Articular estratégias de ampliação da cobertura de vacinação contra o HPV para a faixa etária alvo;									
Ação Nº 4 - Monitorar as ofertas, filas e tempos de espera de exames e especialidades relacionados à prevenção e ao tratamento do câncer de colo;									
Ação Nº 5 - Estimular ações educativas de prevenção do câncer de colo e promoção de hábitos saudáveis de vida em âmbito municipal.									
9. Intensificar a oferta da realização de exames de mamografia de rastreamento em mulheres de 50 a 69 anos.	Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária.	Razão	2020	0,01	0,50	0,20	Razão	0,01	5,00
Ação Nº 1 - Realizar busca ativa e intensificar as ações para a realização de exames de mamografias de rastreamento bienal, nas mulheres de 50 a 69 anos, população residente no município;									
Ação Nº 2 - Articular estratégias de monitoramento e acompanhamento assistencial das mulheres com alterações histológicas de mama, a fim de promover o acesso ao tratamento em tempo oportuno;									
Ação Nº 3 - Monitorar a oferta, filas e tempos de espera de exames e especialidades relacionados à prevenção e ao tratamento do câncer de mama;									
Ação Nº 4 - Estimular ações educativas de prevenção do câncer de mama e promoção de hábitos saudáveis de vida em âmbito municipal.									
10. Garantir o funcionamento das equipes da Atenção Básica, expandindo os atendimentos médicos para atingir a cobertura.	Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica	Percentual	2020	98,74	95,00	95,00	Percentual	100,00	105,26
Ação Nº 1 - Garantir o quadro de profissionais da equipe de atenção básica no município;									
Ação Nº 2 - Ampliar a cobertura populacional garantindo a estrutura e a equipe da Atenção Básica de Saúde;									
Ação Nº 3 - Acompanhamento de cadastro através dos Agentes Comunitários de Saúde em função da nova normatiza Previne Brasil									
Ação Nº 4 - Realizar o remapeamento das microáreas quando necessário.									
11. Fortalecer as ações para alcance da cobertura de acompanhamento das condicionalidades do Programa Auxílio Brasil pelas equipes de atenção básica	Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Auxílio Brasil.	Percentual	2020	91,47	85,00	85,00	Percentual	92,36	108,66
Ação Nº 1 - Realizar ações em conjunto com as escolas.									
Ação Nº 2 - Realizar ações em conjunto com a Assistência e Educação;									
Ação Nº 3 - Realizar o monitoramento contínuo desse indicador;									
Ação Nº 4 - Realizar cobertura semestral do acompanhamento das condicionalidades do perfil de saúde das famílias e do Programa Bolsa Família (PBF);									
Ação Nº 5 - Receber o registro dos dados de acompanhamento das condicionalidades de saúde de todos os integrantes da família que precisem ser acompanhados pelas equipes de saúde no município.									
Ação Nº 6 - Orientar a importância do acompanhamento dos beneficiários semestral;									
Ação Nº 7 - Realizar busca ativa dos faltosos;									

12. Garantir o funcionamento das equipes de saúde bucal, conforme necessidade expandindo os atendimentos odontológicos para atingir a cobertura	Cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica	Percentual	2020	98,74	95,00	95,00	Percentual	100,00	105,26
Ação Nº 1 - Elaborar estratégias para que o processo de trabalho das equipes de Saúde Bucal tenha como foco a Gestão do Cuidado no Território;									
Ação Nº 2 - Desenvolver ações de qualificação dos profissionais de saúde bucal na atenção básica;									
Ação Nº 3 - Trabalhar com grupos de risco de forma sistemática e contínua;									
Ação Nº 4 - Monitorar e avaliar as ações realizadas, principalmente as relacionadas ao Previne Brasil;									
Ação Nº 5 - Incentivar e promover atividades educativas e de prevenção as principais doenças bucais;									
Ação Nº 6 - Reforçar a importância do registro correto no sistema de informação para o monitoramento e avaliação dos indicadores da saúde bucal.									
13. Diminuir o número de adolescentes gestantes com a realização de ações específicas.	Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias 10 a 19 anos	Proporção	2020	12,82	18,87	18,87	Proporção	10,00	52,99
Ação Nº 1 - Realizar atividades educativas abordando o tema nas escolas em parceria com os profissionais da educação, dentro do Programa de Saúde na Escola;									
Ação Nº 2 - Realizar matriciamento a equipe de saúde da família no atendimento ao adolescente em áreas de Vulnerabilidade;									
Ação Nº 3 - Organizar junto a equipe da atenção básica a realização de grupos com adolescentes com a temática de planejamento sexual e reprodutivo para esclarecer as dúvidas e demandas apresentadas;									
Ação Nº 4 - Incentivar o uso da Caderneta do Adolescente nos atendimentos;									
Ação Nº 5 - Buscar ações intersetoriais e parcerias para o apoio às Gestantes e Puérperas em Situação de Vulnerabilidade, junto às gestantes adolescentes vulneráveis, para prevenção de nova gravidez.									
14. Intensificar o acompanhamento adequado da gestante ao longo do pré-natal.	Proporção de gestantes com pelo menos 6 (seis) consultas pré-natal realizadas, sendo a 1ª (primeira) até a 12ª (décima segunda) semana de gestação	0			45,00	45,00	Proporção	40,00	88,89
Ação Nº 1 - Incentivar a captação precoce das gestantes com o cadastramento das mesmas no E-SUS;									
Ação Nº 2 - Monitorar busca ativa das gestantes faltosas;									
Ação Nº 3 - Realizar capacitação dos ACS quanto a captação precoce e acompanhamento nas visitas domiciliares as gestantes;									
Ação Nº 4 - Atualizar em Pré-natal os profissionais da Unidade de Saúde (médicos e enfermeiros).									
15. Intensificar a realização dos exames de maior impacto na saúde do feto e do recém-nascido	Proporção de gestantes com realização de exames para sífilis e HIV	0			60,00	60,00	Proporção	50,00	83,33
Ação Nº 1 - Facilitar o acesso aos testes de gravidez (preferencialmente teste rápido) por meio de escuta inicial qualificada;									
Ação Nº 2 - Estimular a busca ativa das gestantes faltosas nas unidades de saúde que ofertam o pré-natal.									
Ação Nº 3 - Agendar consulta subsequente à anterior para as gestantes, acompanhando possíveis faltas e fazer busca ativa;									
Ação Nº 4 - Solicitar a primeira bateria de exames, incluindo os de sífilis e HIV, logo na primeira consulta de pré-natal;									
Ação Nº 5 - Monitorar por meio do ACS se os exames foram feitos e, caso não tenham, desenvolver estratégias para facilitar o acesso aos exames;									
Ação Nº 6 - Caso não haja teste rápido disponível, ter noção dos tempos necessários entre solicitação, marcação no laboratório e realização do exame na realidade da sua rede de atenção.									
16. Promover a rotina de atendimento odontológico em gestantes a fim de reduzir problemas gestacionais decorrentes de doenças bucais.	Proporção de gestantes com atendimento odontológico realizado	0			60,00	60,00	Proporção	30,00	50,00
Ação Nº 1 - Sensibilizar, através dos meios de comunicação, a rede de AB para a importância da realização do Pré-Natal Odontológico;									
Ação Nº 2 - Reforçar junto à equipe a busca ativa das gestantes;									
Ação Nº 3 - Realizar atividades educativas e preventivas reforçando a importância do pré-natal odontológico;									
Ação Nº 4 - Agendar consulta odontológica no primeiro pré-natal realizado com a equipe de saúde;									
Ação Nº 5 - Alimentar corretamente os sistemas de informação, para realização e análise do indicador									

17. Intensificar a realização do exame, com busca ativa e organização para todas as mulheres na idade preconizada.	Proporção de mulheres com coleta de citopatológico na APS	0			40,00	40,00	Proporção	36,00	90,00
Ação Nº 1 - Captar precocemente em todos os tipos de procura espontânea das usuárias dos serviços de saúde;									
Ação Nº 2 - Disseminar informações da importância do exame citopatológico de colo uterino em todos os canais de comunicação;									
Ação Nº 3 - Realizar busca ativa a mulheres faltosas, dentro da faixa etária, na área de abrangência da UBS;									
Ação Nº 4 - Controlar individualmente a população adscrita na faixa etária, e não por quantitativo total, evitando realizar o exame sempre para as mesmas mulheres e deixando outras de fora do programa de rastreamento;									
Ação Nº 5 - Realizar o controle do seguimento das mulheres com exame alterado									
18. Ampliar a cobertura vacinal, para monitoramento e adesão da criança menor de um ano ao calendário vacinal.	Proporção de crianças de 1 (um) ano de idade vacinadas na APS contra Difteria, Tétano, Coqueluche, Hepatite B, infecções causadas por haemophilus influenza tipo b e Poliomielite inativada	0			95,00	95,00	Proporção	60,00	63,16
Ação Nº 1 - Realizar captação das crianças logo após o nascimento;									
Ação Nº 2 - Orientar sobre a importância das vacinas já nas consultas de pré-natal e nas consultas de puericultura;									
Ação Nº 3 - Realizar busca ativa dos usuários com esquema de vacinação incompleto;									
Ação Nº 4 - Capacitar profissionais de saúde para a alimentação de dados no Sistema de Informação de Imunização;									
Ação Nº 5 - Atualizar os profissionais de saúde para atuarem em salas de vacinas;									
Ação Nº 6 - Elaborar materiais informativos sobre imunização									
19. Fortalecer o monitoramento da hipertensão, com organização dos cadastros, consultas e aferição de pressão, a fim e reduzir o risco cardiovascular, hospitalizações e óbitos decorrentes da pressão arterial descompensada.	Proporção de pessoas com hipertensão, com consulta e pressão arterial aferida no semestre.	0			50,00	50,00	Proporção	26,00	52,00
Ação Nº 1 - Criar um fluxo para propiciar o constante monitoramento de pressão arterial (PA) dos usuários na UBS;									
Ação Nº 2 - Manter acompanhamento nominal das pessoas com hipertensão adscritas à equipe, verificando frequência de acompanhamento;									
Ação Nº 3 - Propiciar o agendamento das consultas médicas e de enfermagem para o acompanhamento da hipertensão e que seja o melhor horário para o cidadão;									
Ação Nº 4 - Orientar o usuário com hipertensão sobre a importância das consultas de acompanhamento e a verificação da PA no serviço, mesmo que esta não esteja descompensada									
Ação Nº 5 - Promover atividades educativas como medida preventiva e coletiva para a promoção de hábitos de vida, com atividade física e alimentares saudável, bem como para o controle dos fatores de risco, que contribuem para a doença, risco de adoecimento e manutenção dos agravos de saúde.									
20. Fortalecer o monitoramento da Diabetes com organização dos cadastros, consultas e solicitação de exame hemoglobina glicada a fim e reduzir as complicações agudas e crônicas vinculadas a doença.	Proporção de pessoas com diabetes, com consulta e hemoglobina glicada solicitada no semestre.	0			50,00	50,00	Proporção	10,00	20,00
Ação Nº 1 - Manter acompanhamento nominal das pessoas com diabetes adscritas à equipe, verificando frequência de acompanhamento;									
Ação Nº 2 - Propiciar o agendamento das consultas médicas e de enfermagem para o acompanhamento da diabetes e que seja o melhor horário para o cidadão;									
Ação Nº 3 - Orientar o usuário com diabetes sobre a importância das consultas de acompanhamento, dos exames laboratoriais e de levar os resultados no retorno;									
Ação Nº 4 - Promover atividades educativas como medida preventiva e coletiva para a promoção de hábitos de vida, com atividade física e alimentares saudável, bem como para o controle dos fatores de risco, que contribuem para a doença, risco de adoecimento e manutenção dos agravos de saúde.									

DIRETRIZ Nº 2 - Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde de qualidade, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política da atenção especializada, ambulatorial e hospitalar, garantindo a consolidação das redes regionalizadas de atenção integral às pessoas no território.

OBJETIVO Nº 2 .1 - Organizar a rede e fortalecer a oferta de serviços da atenção especializada com vista à qualificação do acesso integral à saúde.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2024	Unidade de medida - Meta	Resultado do Quadrimestre	% meta alcançada da PAS
1. Ampliar a frota de veículos da Média e Alta Complexidade	Número de veículos adquiridos	0			8	2	Número	1,00	50,00
Ação Nº 1 - Elaborar processo de aquisição e solicitar junto a Prefeitura Municipal;									
Ação Nº 2 - Adquirir veículos de acordo com necessidade das unidades da Média e Alta Complexidade.									
2. Melhorar a estrutura das unidades da Média e Alta Complexidade, através da reforma e/ou ampliação da Unidade de Reabilitação	Número de unidade reformada e/ou ampliada	0			1	1	Número	0	0
Ação Nº 1 - Prover recursos para início da obra para o ano de 2023;									
Ação Nº 2 - Buscar parcerias para viabilizar o apoio financeiro de outros entes federados;									
Ação Nº 3 - Realizar processo licitatório para as obras.									
Ação Nº 4 - Solicitar a Secretaria de Obras a elaboração de projeto arquitetônico, com acessibilidade, sinalização, climatização e boa iluminação;									
3. Equipar a Média e Alta Complexidade, através da aquisição de equipamentos, materiais permanentes e mobiliários conforme necessidade, de acordo com o diagnóstico situacional do município.	Número de aquisições por ano	0			4	1	Número	1,00	100,00
Ação Nº 1 - Realizar levantamento de equipamentos e materiais permanentes necessários por ambiente para compor a Média e Alta Complexidade;									
Ação Nº 2 - Elaborar o Termo de Referência dos equipamentos e materiais permanentes necessários de acordo com o levantamento e prioridade estabelecida;									
Ação Nº 3 - Realizar a solicitação de compras dos itens licitados.									
4. Garantir e manter aos usuários referenciados, acesso eficiente e de qualidade as atividades serviços da Unidade de Reabilitação do município	Número de unidade mantida anualmente	0			1	1	Número	1,00	100,00
Ação Nº 1 - Manter a equipe da Unidade de Reabilitação estruturada;									
Ação Nº 2 - Garantir recursos financeiros para manutenção dos serviços;									
Ação Nº 3 - Ampliar os atendimentos de reabilitação no município.									
5. Garantir e manter acesso as atividades e serviços de análises clínicas do Laboratório Municipal.	Número de unidade mantida anualmente	0			1	1	Número	1,00	100,00
Ação Nº 1 - Acompanhar os prazos de liberação de resultados mensalmente;									
Ação Nº 2 - Acompanhar a aquisição e o abastecimento de insumos de laboratório para realização dos exames;									
Ação Nº 3 - Garantir recursos financeiros para manutenção dos serviços;									
Ação Nº 4 - Avaliar a qualidade da prestação de serviço									
Ação Nº 5 - Manter a equipe do Laboratório Municipal estruturada;									
6. Manutenção das Atividades com Consórcio Intermunicipal de Saúde.	Número de Consórcio mantido.	0			1	1	Número	1,00	100,00
Ação Nº 1 - Manter consultas, exames e procedimentos via Consórcio Intermunicipal de Saúde;									
Ação Nº 2 - Realizar encaminhamentos via TFD;									
Ação Nº 3 - Realizar anualmente levantamento e avaliação da fila de espera;									
Ação Nº 4 - Viabilizar o aumento do número de exames e consultas por especialidades.									
7. Manutenção das Atividades do Centro de Saúde	Número de unidade mantida anualmente	0			1	1	Número	1,00	100,00
Ação Nº 1 - Manter a equipe do centro de saúde estruturada;									
Ação Nº 2 - Garantir recursos financeiros para manutenção dos serviços;									
Ação Nº 3 - Ampliar os atendimentos no município									

8. Realizar a investigação dos óbitos ocorridos de mulheres em idade fértil.	Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) investigados.	Proporção	2020	100,00	100,00	100,00	Proporção	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Alimentar SIM federal com o resultado da investigação;									
Ação Nº 2 - Acompanhar as investigações dos óbitos em mulheres em idade fértil, por equipe na Unidade de Saúde;									
Ação Nº 3 - Executar o processo de investigação em tempo oportuno, conforme determinado em legislação;									
Ação Nº 4 - Analisar a causa do óbito para desenvolver atividades de prevenção na APS.									
9. Registrar os óbitos com causa básica definida no Sistema de Informação sobre Mortalidade	Proporção de registro de óbitos com causa básica definida	Proporção	2020	94,44	95,00	95,00	Proporção	100,00	105,26
Ação Nº 1 - Realizar a captação da Declaração de Óbito (DO) semanalmente nos Serviços de Saúde e Cartório de Registro Civil;									
Ação Nº 2 - Analisar as DO, investigar os óbitos em tempo oportuno, codificar as causas dos óbitos e definir a causa básica;									
Ação Nº 3 - Realizar atualização aos médicos sobre o preenchimento de declaração de óbito;									
Ação Nº 4 - Ofertar atualização aos profissionais de saúde sobre investigação de causa básica mal definida.									
10. Manter o acompanhamento sobre pré-natal, parto e puerpério para as gestantes, reduzindo o número de óbitos em menores de 1 ano	Número de óbitos infantis	Número	2020	0	1	95	Número	0	0
Ação Nº 1 - Garantir a realização das consultas de pré-natal;									
Ação Nº 2 - Garantir a realização do teste de pezinho;									
Ação Nº 3 - Garantir a aplicação da vacina BCG pela atenção primária em tempo oportuno;									
Ação Nº 4 - Capacitar profissionais envolvidos na assistência ao menor de 1 ano;									
Ação Nº 5 - Capacitação referente a vacina BCG entre profissionais da atenção primária;									
Ação Nº 6 - Assistência ao recém-nascido na consulta de puericultura pelas Unidades Básicas de Saúde;									
Ação Nº 7 - Realização de busca ativa de crianças faltosas com quadro vacinal desatualizado;									
Ação Nº 8 - Capacitar os ACSs quanto a orientação das gestantes e mães para importância da consulta de puericultura para prevenção e detecção precoce de possíveis patologias, bem como realização dos exames do RN pós-parto.									
11. Fortalecer a qualidade da assistência sobre pré-natal, parto e puerpério para as gestantes, evitando a ocorrência de óbito materna.	Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Número	2020	0	1	1	Número	0	0
Ação Nº 1 - Articular ações entre os profissionais de Atenção Básica e epidemiológica para bom repasse de informações e investigações;									
Ação Nº 2 - Acompanhar as ações de vinculação das gestantes às maternidades de referências;									
Ação Nº 3 - Ampliar as ações de prevenção e promoção da saúde da mulher em geral;									
Ação Nº 4 - Garantir as consultas de pré-natal em tempo oportuno, encaminhando os casos de gestação de alto risco;									
Ação Nº 5 - Capacitar os profissionais de saúde para investigação de óbito materno;									
Ação Nº 6 - Ofertar atendimento especializado.									
12. Fortalecer a ampliar a qualidade da assistência ao pré-natal e ao parto, estimulando o percentual de partos normais.	Proporção de parto normal no Sistema Único de Saúde e na Saúde Suplementar	Proporção	2020	23,07	40,00	40,00	Proporção	15,00	37,50
Ação Nº 1 - Estimular e informar sobre os benefícios do parto fisiológico, através do acompanhamento no pré-natal;									
Ação Nº 2 - Sensibilizar os profissionais da rede de atenção à saúde para o parto normal;									
Ação Nº 3 - Intensificar as orientações nas consultas de pré-natal sobre tipos de parto;									
Ação Nº 4 - Ações educativas em sala de espera de UBS sobre benefícios do parto normal e humanização no parto;									
Ação Nº 5 - Orientação sobre os mecanismos de parto natural e cesariana (risco/ benefício).									

DIRETRIZ Nº 3 - Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes, violências e no controle das doenças transmissíveis.

OBJETIVO Nº 3 .1 - Organizar as ações de controle doenças e agravos passíveis de prevenção e controle.									
Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2024	Unidade de medida - Meta	Resultado do Quadrimestre	% meta alcançada da PAS

1. Manter as ações da vigilância sanitária a fim de fortalecer as ações de prevenção, identificação e controle de riscos oriundos da população e consumo de bens e serviços.	Número de unidade administrativa mantida anualmente	Número	2021	1	1	1	Número	1,00	100,00
Ação Nº 1 - Manter a equipe da vigilância sanitária estruturada;									
Ação Nº 2 - Garantir recursos financeiros para manutenção dos serviços									
2. Manter as atividades da vigilância epidemiológica, ambiental e do trabalho no município	Número de unidade administrativa mantida anualmente	Número	2021	1	1	1	Número	1,00	100,00
Ação Nº 1 - Manter as equipes da vigilância epidemiológica, ambiental e do trabalhador estruturadas;									
Ação Nº 2 - Garantir recursos financeiros para manutenção dos serviços.									
3. Equipar a vigilância em saúde, através da aquisição anual de equipamentos e material permanente.	Número de aquisições por ano	0			4	1	Número	0	0
Ação Nº 1 - Realizar levantamento de equipamentos e materiais permanentes necessários por ambiente para compor a Vigilância em Saúde;									
Ação Nº 2 - Elaborar o Termo de Referência dos equipamentos e materiais permanentes necessários de acordo com o levantamento e prioridade estabelecida;									
Ação Nº 3 - Realizar a solicitação de compras dos itens licitados.									
4. Intensificar as ações de prevenção com foco nas doenças crônicas não transmissíveis e promoção do envelhecimento saudável.	Mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das 4 principais DCNT (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas)	Número	2020	3	3	5	Número	5,00	100,00
Ação Nº 1 - Articular com outros setores estratégias de promoção e prevenção das DCNT;									
Ação Nº 2 - Garantir o suporte para o tratamento na atenção primária em saúde;									
Ação Nº 3 - Realizar o acompanhamento nutricional/ambulatorial;									
Ação Nº 4 - Implementar as ações de promoção e prevenção das DCNT através das Equipes de Saúde;									
Ação Nº 5 - Fortalecer as ações da atenção básica e Vigilância em Saúde (monitoramento);									
Ação Nº 6 - Oferta do tratamento medicamentoso conforme itens contidos na REMUME aos pacientes diabéticos e hipertensos das UBS;									
Ação Nº 7 - Realização de educação em saúde para valorização dos bons hábitos de vida (alimentação/ atividade física) a fim de diminuir o risco de adoecimento pelas referidas patologias;									
Ação Nº 8 - Acompanhamento em saúde para pacientes já adoecidos com intuito de reduzir o grau de vulnerabilidade;									
Ação Nº 9 - Capacitação da equipe para que esteja sempre atenta ao grupo de risco;									
Ação Nº 10 - Incentivar atividades de grupos visando o desenvolvimento de atividade física e hábitos de vida saudável;									
Ação Nº 11 - Desenvolver atividades em parceria com outras secretarias;									
Ação Nº 12 - Assegurar a vigilância de pacientes com comorbidades com possíveis agravos e sequelas da COVID19;									
Ação Nº 13 - Garantia do acesso ao Serviço de Atendimento Domiciliar (SAD) aos usuários do SUS que se enquadrem no perfil de atendimento domiciliar;									
Ação Nº 14 - Disponibilizar veículo para transporte de pacientes e realização de visitas domiciliares.									
5. Garantir o alcance das coberturas vacinais em menores de 2 anos.	Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade - Pentavalente 3ª dose, Pneumocócica 10- valente 2ª dose, Poliomielite 3ª dose e Tríplice viral 1ª dose - com cobertura vacinal preconizada.	Proporção	2020	25,00	50,00	50,00	Proporção	50,00	100,00
Ação Nº 1 - Disponibilizar regularmente os imunobiológicos às salas de vacina;									
Ação Nº 2 - Realizar busca ativa dos usuários com esquema de vacinação incompleto;									
Ação Nº 3 - Capacitar profissionais de saúde para a alimentação de dados no Sistema de Informação de Imunização;									

Ação Nº 4 - Realizar o registro das doses aplicadas adequadamente no sistema de informação;									
Ação Nº 5 - Facilitar o acesso da população à vacinação.									
6. Efetivar o monitoramento das investigações dos casos notificados no Sistema de Notificação – SINAN, além do seu encerramento oportuno	Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação.	Proporção	2020	100,00	80,00	80,00	Proporção	75,00	93,75
Ação Nº 1 - Realizar a investigação e encerramento do caso, no sistema de informação, em tempo oportuno conforme Legislação;									
Ação Nº 2 - Monitorar diariamente os casos de DNCI informados;									
Ação Nº 3 - Monitorar semanalmente o fluxo de retorno do SINAN;									
Ação Nº 4 - Capacitar os profissionais da vigilância e da rede de atenção à saúde sobre as DNCI.									
7. Intensificar a organização dos serviços de saúde para referência em atendimento de casos suspeitos e confirmados de hanseníase, com acompanhamento até a alta do usuário.	Proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes	Proporção	2020	87,50	90,00	90,00	Proporção	☒ Sem Apuração	
Ação Nº 1 - Examinar os contatos no momento da notificação e anualmente;									
Ação Nº 2 - Monitorar semanalmente os casos de hanseníase na área de abrangência da UBS;									
Ação Nº 3 - Tratar os casos novos diagnosticados de hanseníase, conforme protocolo estabelecido pelo Ministério da Saúde;									
Ação Nº 4 - Busca ativa dos faltosos;									
Ação Nº 5 - Manter o SINAN atualizado;									
Ação Nº 6 - Sensibilizar os profissionais da saúde da assistência para o diagnóstico precoce de hanseníase;									
Ação Nº 7 - Realização da dose supervisionada (dose mensal) na atenção primária.									
8. Garantir o acompanhamento e efetivação das ações de atendimento, diagnóstico e tratamento no controle da malária.	Número de Casos Autóctones de Malária	Número	2020	0	0	0	Número	0	0
Ação Nº 1 - Acompanhar efetivamente os casos suspeitos de malária;									
Ação Nº 2 - Manter as ações de prevenção dos casos de malária;									
Ação Nº 3 - Disponibilizar informações de qualidade sobre malária aos moradores rurais									
9. Garantir o acompanhamento e efetivação das ações de atendimento, diagnóstico e tratamento de sífilis identificado em gestantes.	Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade.	Número	2020	0	0	0	Número	0	0
Ação Nº 1 - Monitorar a ocorrência de sífilis em gestantes;									
Ação Nº 2 - Sensibilizar gestante e parceiro sobre a importância do tratamento e possíveis complicações da doença;									
Ação Nº 3 - Realizar tratamento adequado na gestante e parceiro;									
Ação Nº 4 - Fornecer os exames e atendimento necessário no acompanhamento;									
Ação Nº 5 - Garantia do acesso ao pré-natal de alto risco e exames complementares									
Ação Nº 6 - Realizar o monitoramento dos exames e desenvolver estratégias para facilitar o acesso;									
Ação Nº 7 - Implantar a oferta do teste rápido de sífilis em pacientes sintomáticos/epidemiológico;									
Ação Nº 8 - Monitorar mensalmente o SINAN									
10. Garantir o acompanhamento e efetivação das ações de atendimento, diagnóstico e tratamento de HIV/AIDS identificado em gestantes, com acompanhamento adequado em relação ao pré-natal, parto e puerpério.	Número de casos novos de aids em menores de 5 anos	Número	2020	0	0	0	Número	0	0

Ação Nº 1 - Intensificar as ações preventivas por meio da testagem no pré-natal;									
Ação Nº 2 - Monitorar e avaliar mensalmente o SINAN.									
Ação Nº 3 - Acompanhar a realização do tratamento das gestantes e parceiros, com diagnóstico confirmado de HIV/AIDS;									
Ação Nº 4 - Notificar todas as gestantes infectadas pelo HIV;									
Ação Nº 5 - Acionar o ACS para averiguar se os exames foram feitos e, caso não tenham, desenvolver estratégias para facilitar o acesso aos exames;									
11. Manter as coletas de acordo com o pactuado mensalmente, para a realização das ações de vigilância da qualidade da água para o consumo humano.	Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez.	Proporção	2020	0,00	55,00	55,00	Proporção	50,00	90,91
Ação Nº 1 - Garantir a aquisição de insumos e instrumentos necessários para as coletas de amostras;									
Ação Nº 2 - Garantir quadro de recursos humanos adequado;									
Ação Nº 3 - Garantir meios de locomoção adequados para a realização das inspeções;									
Ação Nº 4 - Monitorar e avaliar constantemente a água oferecida a população, e desenvolver ações para resolver possíveis problemas relacionados à qualidade da água.									
12. Ampliar as ações de controle vetorial, aumentando o número de ACE para garantir a cobertura de no mínimo 80% dos imóveis a cada ciclo trabalhado.	Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue.	Número	2020	0	4	4	Número	2,00	50,00
Ação Nº 1 - Monitorar e avaliar as ações por levantamento de índice de infestação por Aedes aegypti;									
Ação Nº 2 - Manter equipes de inspeção e investigação de focos e criadouros de Aedes aegypti nos imóveis da cidade;									
Ação Nº 3 - Implementar parceria com a rede municipal de ensino na prevenção e controle dos focos e criadouros de Aedes aegypti;									
Ação Nº 4 - Desenvolver ações de educação em saúde para toda a população quanto ao manejo do lixo e criadouros;									
Ação Nº 5 - Desenvolvimento de ações educativas e de mobilização da comunidade relativas à prevenção e ao controle de doenças e agravos à saúde;									
Ação Nº 6 - Garantir disponibilidade de veículo para realização de visitas									
13. Manter a organização e qualificação dos registros das notificações de agravos relacionados ao trabalho.	Proporção de preenchimento do campo ocupação nas notificações de agravos relacionados ao trabalho.	Proporção	2020	100,00	100,00	100,00	Proporção	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Realizar a busca ativa de casos de agravos e doenças relacionadas à saúde do trabalhador;									
Ação Nº 2 - Monitorar os casos de notificação de agravos ao trabalhador inspecionando o campo referente à ocupação informando caso não esteja preenchido;									
Ação Nº 3 - Realizar a investigação dos acidentes de trabalho grave, cumprindo o tempo oportuno determinado em legislação;									
Ação Nº 4 - Monitorar e realizar o fluxo de retorno do SINAN.									

DIRETRIZ Nº 4 - Fortalecimento de ações sanitárias, recomendadas pela OMS, para mitigar a transmissão da infecção pelo SARS CoV 2 no âmbito do SUS

OBJETIVO Nº 4 .1 - Garantir ações de controle à Pandemia por COVID-19.									
Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2024	Unidade de medida - Meta	Resultado do Quadrimestre	% meta alcançada da PAS
1. Assegurar a assistência oportuna para 100% dos pacientes suspeitos de COVID 19, classificando seu risco e encaminhando aos níveis assistenciais de referência segundo sua necessidade	Percentual de casos monitorados	0			100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Fortalecer os serviços de saúde para detecção, notificação, investigação e monitoramento de casos suspeitos, prováveis e confirmados de infecção pelo vírus SARS CoV2;									
Ação Nº 2 - Ampliar a busca ativa e monitoramento dos casos de síndrome gripal;									
Ação Nº 3 - Contribuir nas medidas não-farmacológicas por meio dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS);									
Ação Nº 4 - Garantir a distribuição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para o uso de profissionais de saúde;									
Ação Nº 5 - Garantir o abastecimento de insumos, recursos e serviços necessários ao enfrentamento da pandemia no município;									
Ação Nº 6 - Reorientar o atendimento das equipes de saúde municipais para as intervenções necessárias conforme a progressão dos casos;									
Ação Nº 7 - Articular estratégias de comunicação e divulgação no enfrentamento do vírus SARS CoV2;									
Ação Nº 8 - Estabelecer as ações e estratégias para a operacionalização da vacinação contra a covid-19 no município;									
Ação Nº 9 - Garantir a distribuição das vacinas contra a covid-19 1ª, 2ª e doses de reforço aos munícipes de Figueirópolis D'Oeste;									
Ação Nº 10 - Divulgar as campanhas educativas sobre o vírus SARS CoV2, elaboradas e orientadas pelo MS.									

DIRETRIZ Nº 5 - Fortalecimento da assistência farmacêutica universal e integral no âmbito do SUS, promovendo ações que garantam e ampliem o acesso da população a medicamentos e insumos estratégicos.

OBJETIVO Nº 5 .1 - Garantir a distribuição de medicamentos essenciais e estratégicos para a população.									
Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2024	Unidade de medida - Meta	Resultado do Quadrimestre	% meta alcançada da PAS
1. Garantir o Funcionamento das Atividades da Assistência Farmacêutica no município	Número de setor em pleno funcionamento anualmente	0			1	1	Número	1,00	100,00
Ação Nº 1 - Garantir o pleno funcionamento da unidade da Assistência Farmacêutica;									
Ação Nº 2 - Dispensar medicamento conforme receita;									
Ação Nº 3 - Manter o sistema HÓRUS em pleno funcionamento, garantindo informações e dados reais de Assistência Farmacêutica Municipal.									
2. Equipar a assistência farmacêutica, através da aquisição anual de equipamentos e material permanente.	Número de aquisições por ano	0			4	1	Número	1,00	100,00
Ação Nº 1 - Realizar levantamento de equipamentos e materiais permanentes necessários por ambiente para compor a Assistência Farmacêutica;									
Ação Nº 2 - Elaborar o Termo de Referência dos equipamentos e materiais permanentes necessários de acordo com o levantamento e prioridade estabelecida;									
Ação Nº 3 - Realizar a solicitação de compras dos itens licitados									

DIRETRIZ Nº 6 - Fortalecer e qualificar o SUS, através do aprimoramento das relações interfederativas, da valorização da gestão do SUS e na implementação de estratégias com centralidade na garantia do acesso e com foco em resultados.

OBJETIVO Nº 6 .1 - Aprimorar a gestão do SUS, cumprindo efetivamente com a qualificação dos serviços de saúde.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2024	Unidade de medida - Meta	Resultado do Quadrimestre	% meta alcançada da PAS
1. Promover a aquisição de equipamentos e materiais permanentes para a Gestão do SUS de acordo com a necessidade dos setores da secretaria.	Número de aquisições por ano	0			4	1	Número	1,00	100,00

Ação Nº 1 - Realizar levantamento de equipamentos e materiais permanentes necessários por ambiente para compor a Gestão;

Ação Nº 2 - Elaborar o Termo de Referência dos equipamentos e materiais permanentes necessários de acordo com o levantamento e prioridade estabelecida;

Ação Nº 3 - Realizar a solicitação de compras dos itens licitados.

2. Manter as atividades da Secretaria de Saúde	Número de meses em funcionamento	0			12	12	Número	8,00	66,67
--	----------------------------------	---	--	--	----	----	--------	------	-------

Ação Nº 1 - Manter em pleno funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde e suas atividades;

Ação Nº 2 - Manter o quadro de profissionais da Secretaria Municipal de saúde;

Ação Nº 3 - Garantir o fornecimento dos equipamentos e materiais permanentes para as unidades de saúde vinculadas a SMS.

3. Assegurar o pleno funcionamento do Conselho Municipal de Saúde.	Número de reuniões realizadas pelo Conselho Municipal de Saúde	0			12	12	Número	8,00	66,67
--	--	---	--	--	----	----	--------	------	-------

Ação Nº 1 - Solicitar de pautas em tempo hábil para a realização das reuniões ordinárias;

Ação Nº 2 - Realização de reuniões periódicas

4. Garantir os espaços de participação da comunidade através do controle social.	Realizar 01 Conferência Municipal de Saúde a cada quatro anos.	0			1	Não programada	Número	☒ Sem Apuração	
--	--	---	--	--	---	----------------	--------	--	--

5. Manter as atividades da Central de Regulação.	Número de unidade administrativa mantida	Número	2021	1	1	1	Número	1,00	100,00
--	--	--------	------	---	---	---	--------	------	--------

Ação Nº 1 - Participar das reuniões da equipe da SMS.

Ação Nº 2 - Manter a equipe da Central de Regulação estruturada

Ação Nº 3 - Garantir recursos financeiros para manutenção dos serviços

OBJETIVO Nº 6 .2 - Desenvolver processos de gestão do trabalho e educação na saúde na SMS.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2024	Unidade de medida - Meta	Resultado do Quadrimestre	% meta alcançada da PAS
1. Garantir a realização de cursos de integração e capacitação aos profissionais de saúde, envolvendo temáticas diversas	Número de profissionais de saúde capacitados, no ano.	0			57	57	Número	1,00	1,75

Ação Nº 1 - Ofertar capacitações aos profissionais da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com as necessidades dos profissionais da saúde do município;

Ação Nº 2 - Definir cronograma de capacitações anualmente para os profissionais da Secretaria Municipal de Saúde;

Ação Nº 3 - Buscar parcerias com instituições para aperfeiçoamento de profissionais.

Demonstrativo da vinculação das metas anualizadas com a Subfunção

Subfunções	Descrição das Metas por Subfunção	Meta programada para o exercício	Resultados do Quadrimestre
122 - Administração Geral	Assegurar a assistência oportuna para 100% dos pacientes suspeitos de COVID 19, classificando seu risco e encaminhando aos níveis assistenciais de referência segundo sua necessidade	100,00	100,00
	Garantir a realização de cursos de integração e capacitação aos profissionais de saúde, envolvendo temáticas diversas	57	1

	Promover a aquisição de equipamentos e materiais permanentes para a Gestão do SUS de acordo com a necessidade dos setores da secretaria.	1	1
	Manter as atividades da Secretaria de Saúde	12	8
	Assegurar o pleno funcionamento do Conselho Municipal de Saúde.	12	8
	Manter as atividades da Central de Regulação.	1	1
301 - Atenção Básica	Promover a aquisição de equipamentos e materiais permanentes para a Atenção Primária	1	2
	Melhorar a estrutura das unidades da Atenção Primária, através da reforma e/ou ampliação da Unidade de Saúde da Família	1	0
	Ampliar a frota de veículos da Atenção Primária.	1	0
	Fortalecer a Atenção Primária, através da manutenção do Programa de Saúde da Família.	1	1
	Fortalecer a Linha de Cuidado em Saúde Bucal, através da manutenção das atividades desenvolvidas pelo programa de Saúde Bucal.	1	1
	Garantir e manter as ações de promoção à saúde e prevenção de doenças realizado pelo programa de agentes comunitários de saúde.	1	1
	Promover a prevenção através da manutenção do Programa Saúde na Escola (PSE).	1	1
	Manutenção das Atividades do Centro de Saúde	1	1
	Intensificar as coletas dos exames citopatológicos de colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos.	0,30	0,03
	Intensificar a oferta da realização de exames de mamografia de rastreamento em mulheres de 50 a 69 anos.	0,20	0,01
	Garantir o funcionamento das equipes da Atenção Básica, expandindo os atendimentos médicos para atingir a cobertura.	95,00	100,00
	Fortalecer as ações para alcance da cobertura de acompanhamento das condicionalidades do Programa Auxílio Brasil pelas equipes de atenção básica	85,00	92,36
	Garantir o funcionamento das equipes de saúde bucal, conforme necessidade expandindo os atendimentos odontológicos para atingir a cobertura	95,00	100,00
	Diminuir o número de adolescentes gestantes com a realização de ações específicas.	18,87	10,00
	Intensificar o acompanhamento adequado da gestante ao longo do pré-natal.	45,00	40,00
	Intensificar a realização dos exames de maior impacto na saúde do feto e do recém-nascido	60,00	50,00
	Promover a rotina de atendimento odontológico em gestantes a fim de reduzir problemas gestacionais decorrentes de doenças bucais.	60,00	30,00
	Intensificar a realização do exame, com busca ativa e organização para todas as mulheres na idade preconizada.	40,00	36,00
	Ampliar a cobertura vacinal, para monitoramento e adesão da criança menor de um ano ao calendário vacinal.	95,00	60,00
	Fortalecer o monitoramento da hipertensão, com organização dos cadastros, consultas e aferição de pressão, a fim e reduzir o risco cardiovascular, hospitalizações e óbitos decorrentes da pressão arterial descompensada.	50,00	26,00
	Fortalecer o monitoramento da Diabetes com organização dos cadastros, consultas e solicitação de exame hemoglobina glicada a fim e reduzir as complicações agudas e crônicas vinculadas a doença.	50,00	10,00
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Ampliar a frota de veículos da Média e Alta Complexidade	2	1
	Melhorar a estrutura das unidades da Média e Alta Complexidade, através da reforma e/ou ampliação da Unidade de Reabilitação	1	0
	Equipar a Média e Alta Complexidade, através da aquisição de equipamentos, materiais permanentes e mobiliários conforme necessidade, de acordo com o diagnóstico situacional do município.	1	1
	Garantir e manter aos usuários referenciados, acesso eficiente e de qualidade as atividades serviços da Unidade de Reabilitação do município	1	1
	Garantir e manter acesso as atividades e serviços de análises clínicas do Laboratório Municipal.	1	1
	Manutenção das Atividades com Consórcio Intermunicipal de Saúde.	1	1
	Realizar a investigação dos óbitos ocorridos de mulheres em idade fértil.	100,00	100,00
	Registrar os óbitos com causa básica definida no Sistema de Informação sobre Mortalidade	95,00	100,00
	Manter o acompanhamento sobre pré-natal, parto e puerpério para as gestantes, reduzindo o número de óbitos em menores de 1 ano	95	0
	Fortalecer a qualidade da assistência sobre pré-natal, parto e puerpério para as gestantes, evitando a ocorrência de óbito materna.	1	0
	Fortalecer a ampliar a qualidade da assistência ao pré-natal e ao parto, estimulando o percentual de partos normais.	40,00	15,00

303 - Suporte Profilático e Terapêutico	Garantir o Funcionamento das Atividades da Assistência Farmacêutica no município	1	1
	Equipar a assistência farmacêutica, através da aquisição anual de equipamentos e material permanente.	1	1
304 - Vigilância Sanitária	Manter as ações da vigilância sanitária a fim de fortalecer as ações de prevenção, identificação e controle de riscos oriundos da população e consumo de bens e serviços.	1	1
	Equipar a vigilância em saúde, através da aquisição anual de equipamentos e material permanente.	1	0
	Manter as coletas de acordo com o pactuado mensalmente, para a realização das ações de vigilância da qualidade da água para o consumo humano.	55,00	50,00
	Manter a organização e qualificação dos registros das notificações de agravos relacionados ao trabalho.	100,00	100,00
305 - Vigilância Epidemiológica	Manter as atividades da vigilância epidemiológica, ambiental e do trabalho no município	1	1
	Equipar a vigilância em saúde, através da aquisição anual de equipamentos e material permanente.	1	0
	Intensificar as ações de prevenção com foco nas doenças crônicas não transmissíveis e promoção do envelhecimento saudável.	5	5
	Garantir o alcance das coberturas vacinais em menores de 2 anos.	50,00	50,00
	Efetivar o monitoramento das investigações dos casos notificados no Sistema de Notificação - SINAN, além do seu encerramento oportuno	80,00	75,00
	Intensificar a organização dos serviços de saúde para referência em atendimento de casos suspeitos e confirmados de hanseníase, com acompanhamento até a alta do usuário.	90,00	
	Garantir o acompanhamento e efetivação das ações de atendimento, diagnóstico e tratamento no controle da malária.	0	0
	Garantir o acompanhamento e efetivação das ações de atendimento, diagnóstico e tratamento de sífilis identificado em gestantes.	0	0
	Garantir o acompanhamento e efetivação das ações de atendimento, diagnóstico e tratamento de HIV/AIDS identificado em gestantes, com acompanhamento adequado em relação ao pré-natal, parto e puerpério.	0	0
	Ampliar as ações de controle vetorial, aumentando o número de ACE para garantir a cobertura de no mínimo 80% dos imóveis a cada ciclo trabalhado.	4	2

Demonstrativo da Programação de Despesas com Saúde por Subfunção, Categoria Econômica e Fonte de Recursos										
Subfunções	Categoria Econômica	Recursos ordinários - Fonte Livre (R\$)	Receita de impostos e de transferência de impostos (receita própria - R\$)	Transferências de fundos à Fundo de Recursos do SUS, provenientes do Governo Federal (R\$)	Transferências de fundos ao Fundo de Recursos do SUS, provenientes do Governo Estadual (R\$)	Transferências de convênios destinados à Saúde (R\$)	Operações de Crédito vinculadas à Saúde (R\$)	Royalties do petróleo destinados à Saúde (R\$)	Outros recursos destinados à Saúde (R\$)	Total(R\$)
0 - Informações Complementares	Corrente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	0,00
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	0,00
122 - Administração Geral	Corrente	N/A	964.300,00	8.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	972.300,00
	Capital	N/A	1.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	1.000,00
301 - Atenção Básica	Corrente	N/A	950.500,00	885.900,00	81.500,00	N/A	N/A	N/A	N/A	1.917.900,00
	Capital	N/A	5.000,00	480.500,00	1.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	486.500,00
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Corrente	N/A	2.913.000,00	58.800,00	62.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	3.033.800,00
	Capital	N/A	6.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	6.000,00
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	Corrente	N/A	162.500,00	34.800,00	12.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	209.300,00
	Capital	N/A	1.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	1.000,00
304 - Vigilância Sanitária	Corrente	N/A	54.000,00	9.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	63.000,00
	Capital	N/A	1.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	1.000,00
305 - Vigilância Epidemiológica	Corrente	N/A	17.023,34	86.400,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	103.423,34
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	0,00
306 - Alimentação e Nutrição	Corrente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	0,00
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	0,00

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online
Data da consulta: 20/10/2025.

- Análises e Considerações sobre Programação Anual de Saúde - PAS
- As equipes das Unidades de Saúde estão empenhadas na execução das atividades para atingirem as metas pactuadas. Os resultados alcançados podem ser considerados satisfatórios, tendo em vista as ações que foram realizadas no decorrer do ano de 2024.

8. Indicadores de Pactuação Interfederativa

O processo de Pactuação Interfederativa de Indicadores foi **descontinuado** com a revogação da Resolução nº 8/2016 a partir da publicação da Resolução de Consolidação CIT nº 1/2021.
Para mais informações, consultar a **Nota Técnica nº 20/2021-DGIP/SE/MS**

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online
Data da consulta: 20/10/2025.

9. Execução Orçamentária e Financeira

A disponibilização dos dados do SIOPS, no DGMP, depende do prazo de publicação pelo DESID/SCTIE.

9.1. Execução da programação por fonte de recurso, subfunção e categoria econômica

Despesa Total em Saúde por Fonte e Subfunção											
Subfunções		Recursos Ordinários - Fonte Livre	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	Transferências de Convênios destinadas à Saúde	Operações de Crédito vinculadas à Saúde	Transferências da União - Inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020	Royalties do Petróleo destinados à Saúde	Outros Recursos Destinados à Saúde	TOTAL
301 - Atenção Básica	Corrente	0,00	473.787,70	923.392,85	234.884,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.632.065,19
	Capital	0,00	0,00	10.186,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.840,00	38.026,24
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Corrente	0,00	1.974.866,31	59.790,81	144.605,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.179.262,76
	Capital	0,00	208,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	208,64
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	Corrente	0,00	94.199,88	78.378,61	4.482,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	177.061,18
	Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
304 - Vigilância Sanitária	Corrente	0,00	22.184,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.184,90
	Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
305 - Vigilância Epidemiológica	Corrente	0,00	0,00	36.365,36	4.682,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.047,65
	Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
306 - Alimentação e Nutrição	Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	Corrente	0,00	668.007,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	668.007,58
	Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	3.233.255,01	1.108.113,87	388.655,26	0,00	0,00	0,00	0,00	27.840,00	4.757.864,14

(*) ASPS: Ações e Serviços Públicos em Saúde

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 10/05/2025.

9.2. Indicadores financeiros

Indicadores do Ente Federado		
Indicador		Transmissão
		Única
1.1	Participação da receita de impostos na receita total do Município	4,75 %
1.2	Participação das transferências intergovernamentais na receita total do Município	76,46 %
1.3	Participação % das Transferências para a Saúde (SUS) no total de recursos transferidos para o Município	7,73 %
1.4	Participação % das Transferências da União para a Saúde no total de recursos transferidos para a saúde no Município	66,52 %
1.5	Participação % das Transferências da União para a Saúde (SUS) no total de Transferências da União para o Município	10,82 %
1.6	Participação % da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais na Receita Total do Município	50,96 %
2.1	Despesa total com Saúde, em R\$/hab, sob a responsabilidade do Município, por habitante	R\$ 1.381,50
2.2	Participação da despesa com pessoal na despesa total com Saúde	57,08 %
2.3	Participação da despesa com medicamentos na despesa total com Saúde	2,10 %
2.4	Participação da desp. com serviços de terceiros - pessoa jurídica na despesa total com Saúde	16,25 %
2.5	Participação da despesa com investimentos na despesa total com Saúde	0,81 %
2.6	Despesas com Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	0,00 %
3.1	Participação das transferências para a Saúde em relação à despesa total do Município com saúde	40,46 %
3.2	Participação da receita própria aplicada em Saúde conforme a LC141/2012	19,66 %

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 10/05/2025.

9.3. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	2.215.440,00	2.215.440,00	1.531.821,45	69,14
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	358.100,00	358.100,00	291.006,10	81,26
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	641.340,00	641.340,00	247.675,89	38,62

Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	478.000,00	478.000,00	274.408,79	57,41
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	738.000,00	738.000,00	718.730,67	97,39
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	20.835.564,42	20.835.564,42	14.910.061,10	71,56
Cota-Parte FPM	12.216.872,82	12.216.872,82	8.685.146,62	71,09
Cota-Parte ITR	435.791,60	435.791,60	86.954,48	19,95
Cota-Parte do IPVA	631.500,00	631.500,00	568.155,77	89,97
Cota-Parte do ICMS	7.500.000,00	7.500.000,00	5.524.922,10	73,67
Cota-Parte do IPI - Exportação	51.400,00	51.400,00	44.882,13	87,32
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	23.051.004,42	23.051.004,42	16.441.882,55	71,33

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	955.500,00	785.333,70	473.787,70	60,33	473.787,70	60,33	471.628,93	60,05	0,00
Despesas Correntes	950.500,00	785.333,70	473.787,70	60,33	473.787,70	60,33	471.628,93	60,05	0,00
Despesas de Capital	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	2.919.000,00	2.812.052,71	2.278.778,02	81,04	1.975.074,95	70,24	1.931.146,09	68,67	303.703,07
Despesas Correntes	2.913.000,00	2.810.844,71	2.277.570,02	81,03	1.974.866,31	70,26	1.930.937,45	68,70	302.703,71
Despesas de Capital	6.000,00	1.208,00	1.208,00	100,00	208,64	17,27	208,64	17,27	999,36
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	163.500,00	133.638,84	97.851,08	73,22	94.199,88	70,49	91.262,66	68,29	3.651,20
Despesas Correntes	162.500,00	133.638,84	97.851,08	73,22	94.199,88	70,49	91.262,66	68,29	3.651,20
Despesas de Capital	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	55.000,00	43.000,00	22.184,90	51,59	22.184,90	51,59	21.755,75	50,59	0,00
Despesas Correntes	54.000,00	43.000,00	22.184,90	51,59	22.184,90	51,59	21.755,75	50,59	0,00
Despesas de Capital	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	17.023,34	9.023,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	17.023,34	9.023,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	965.300,00	1.046.756,80	734.764,47	70,19	668.007,58	63,82	642.819,64	61,41	66.756,89
Despesas Correntes	964.300,00	1.014.816,42	734.764,47	72,40	668.007,58	65,83	642.819,64	63,34	66.756,89
Despesas de Capital	1.000,00	31.940,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	5.075.323,34	4.829.805,39	3.607.366,17	74,69	3.233.255,01	66,94	3.158.613,07	65,40	374.111,16

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	3.607.366,17	3.233.255,01	3.158.613,07
(-) Restos a Pagar Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	N/A	N/A	N/A
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00

(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	3.607.366,17	3.233.255,01	3.158.613,07
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	2.466.282,38		
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	N/A		
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	1.141.083,79	766.972,63	692.330,69
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	21,94	19,66	19,21

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (I) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2022	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXERCÍCIO DO EMPENHO ²	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2024	2.466.282,38	3.233.255,01	766.972,63	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Empenhos de 2023	3.405.772,11	4.756.742,90	1.350.970,79	74.662,38	74.662,08	0,00	64.305,91	0,00	10.356,47	1.415.276,40
Empenhos de 2022	3.355.745,17	4.346.908,24	991.163,07	0,00	56.581,13	0,00	0,00	0,00	0,00	1.047.744,20
Empenhos de 2021	2.624.401,63	3.060.732,20	436.330,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	436.330,57
Empenhos de 2020	1.916.539,74	2.605.892,02	689.352,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	689.352,28
Empenhos de 2019	1.942.247,92	2.389.485,01	447.237,09	0,00	33.989,44	0,00	0,00	0,00	0,00	481.226,53
Empenhos de 2018	1.847.799,93	2.356.800,71	509.000,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	509.000,78
Empenhos de 2017	1.644.323,82	2.251.865,53	607.541,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	607.541,71
Empenhos de 2016	1.656.493,20	2.038.572,16	382.078,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	382.078,96
Empenhos de 2015	1.487.270,98	2.125.781,55	638.510,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	638.510,57
Empenhos de 2014	1.449.052,46	1.628.582,38	179.529,92	0,00	11.438,96	0,00	0,00	0,00	0,00	190.968,88
Empenhos de 2013	1.329.210,16	1.752.142,71	422.932,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	422.932,55

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "r")	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XVII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)	0,00

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) ¹ (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2024 a ser compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a ser compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2022 a ser compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXIX)	1.718.400,00	1.718.400,00	1.906.741,73	110,96
Provenientes da União	1.562.400,00	1.562.400,00	1.268.350,36	81,18
Provenientes dos Estados	156.000,00	156.000,00	638.391,37	409,23
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXII) = (XXIX + XXX + XXXI)	1.718.400,00	1.718.400,00	1.906.741,73	110,96

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXIII)	1.448.900,00	2.685.874,49	1.565.516,53	58,29	1.196.303,73	44,54	1.166.727,31	43,44	369.212,80
Despesas Correntes	967.400,00	1.701.567,90	1.522.874,29	89,50	1.158.277,49	68,07	1.128.701,07	66,33	364.596,80
Despesas de Capital	481.500,00	984.306,59	42.642,24	4,33	38.026,24	3,86	38.026,24	3,86	4.616,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIV)	120.800,00	866.575,54	397.731,56	45,90	158.826,58	18,33	152.641,50	17,61	238.904,98
Despesas Correntes	120.800,00	861.637,57	397.731,56	46,16	158.826,58	18,43	152.641,50	17,72	238.904,98
Despesas de Capital	0,00	4.937,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXV)	46.800,00	86.468,19	85.126,30	98,45	82.861,30	95,83	82.636,30	95,57	2.265,00
Despesas Correntes	46.800,00	86.468,19	85.126,30	98,45	82.861,30	95,83	82.636,30	95,57	2.265,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXVI)	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVII)	86.400,00	77.788,46	41.047,65	52,77	41.047,65	52,77	40.326,75	51,84	0,00
Despesas Correntes	86.400,00	77.788,46	41.047,65	52,77	41.047,65	52,77	40.326,75	51,84	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXIX)	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XL) = (XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII+ XXXIX)	1.719.900,00	3.716.706,68	2.089.422,04	56,22	1.479.039,26	39,79	1.442.331,86	38,81	610.382,78
DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA(XLI) = (IV + XXXIII)	2.404.400,00	3.471.208,19	2.039.304,23	58,75	1.670.091,43	48,11	1.638.356,24	47,20	369.212,80
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLII) = (V + XXXIV)	3.039.800,00	3.678.628,25	2.676.509,58	72,76	2.133.901,53	58,01	2.083.787,59	56,65	542.608,05
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLIII) = (VI + XXXV)	210.300,00	220.107,03	182.977,38	83,13	177.061,18	80,44	173.898,96	79,01	5.916,20
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIV) = (VII + XXXVI)	64.000,00	43.000,00	22.184,90	51,59	22.184,90	51,59	21.755,75	50,59	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLV) = (VIII + XXXVII)	103.423,34	86.811,80	41.047,65	47,28	41.047,65	47,28	40.326,75	46,45	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLVI) = (IX + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVII) = (X + XXXIX)	973.300,00	1.046.756,80	734.764,47	70,19	668.007,58	63,82	642.819,64	61,41	66.756,89
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVIII) = (XI + XL)	6.795.223,34	8.546.512,07	5.696.788,21	66,66	4.712.294,27	55,14	4.600.944,93	53,83	984.493,94
(-) Despesas da Fonte: Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020	1.719.900,00	3.716.706,68	2.492.129,92	67,05	1.524.609,13	41,02	1.487.901,73	40,03	967.520,79
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLIX)	5.075.323,34	4.829.805,39	3.204.658,29	66,35	3.187.685,14	66,00	3.113.043,20	64,45	16.973,15

FONTE: SIOPS, Mato Grosso13/04/25 22:02:13

1 - Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

2 - Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).

3 - Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

9.4. Covid-19 Repasse União

Quadro demonstrativo da transferência de recursos advindos da união para a aplicação no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)
Despesas decorrentes do enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional Coronavírus (COVID-19)
CONTROLE DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR COVID-19

Gerado em 20/10/2025 11:35:02

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

9.5. Covid-19 Recursos Próprios

Quadro demonstrativo da aplicação de recursos próprios no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)
Despesas decorrentes do enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional Coronavírus (COVID-19)
CONTROLE DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR COVID-19

Gerado em 20/10/2025 11:35:02

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Quadro demonstrativo da transferência de recursos advindos do estado para a aplicação no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)**Despesas decorrentes do enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional Coronavírus (COVID-19)****CONTROLE DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR COVID-19**

Gerado em 20/10/2025

11:35:03

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

• Análises e Considerações sobre Execução Orçamentária e Financeira

Principais Subfunções e Fontes de Recursos:

1. Atenção Básica: Recursos Correntes: A Atenção Básica recebeu um total de R\$ 1.632.065,14, sendo a maior parte proveniente das Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos para Saúde R\$ 473.787,70 e Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS do Governo Federal R\$ 923.392,85. Neste quadrimestre, não foi recebido nenhum recurso do Governo Estadual. Recursos de Capital: A despesa de capital totalizou R\$ 10.186,24, proveniente de outros recursos Destinados à Saúde. R\$ 27.840,00 são oriundos de Outros Recursos Destinados à Saúde.

2. Assistência Hospitalar e Ambulatorial: Recursos Correntes: Este setor recebeu R\$ 2.179.262,76, com a maior parte do montante advindo das Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos para Saúde R\$1.974.866,31. Também houve uma contribuição do Governo Estadual no valor de R\$ 144.605,64. As Transferências do Governo Federal Totalizaram 59.790,81. Recursos de Capital: Os recursos de capital foram de apenas R\$ 208,64, novamente provenientes das Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos.

3. Suporte Profilático e Terapêutico: Recursos Correntes: Com uma despesa total de R\$ 177.061,18, a maior parte foi financiada pelas Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos R\$ 94.199,88. Recursos de Capital: Não houve registro de despesas de capital para esta subfunção.

4. Vigilância Sanitária: Recursos Correntes: A Vigilância Sanitária foi financiada com R\$ 22.184,90, totalmente provenientes das Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos. Recursos de Capital: Não houve despesas de capital registradas.

5. Vigilância Epidemiológica: Recursos Correntes: Recebeu R\$ 41.047,65, com R\$ 36.365,36 provenientes de Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS do Governo Federal, R\$ 4.482,69 de Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Estadual.

6. Outras Subfunções: Recursos Correntes: As demais subfunções foram financiadas com R\$ 668.007,58, oriundos exclusivamente de Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos. Recursos de Capital: Não houve despesa de capital.

10. Auditorias

Não há informações cadastradas para o período das Auditorias.

Fonte: Sistema Nacional de Auditoria do SUS (SISAUD-SUS)

Data da consulta: 20/10/2025.

Outras Auditorias

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online

Data da consulta: 20/10/2025.

- Análises e Considerações sobre Auditorias

Não houveram auditorias para o período informado.

11. Análises e Considerações Gerais

Figueirópolis D'Oeste demonstra um forte compromisso com a saúde pública, focando na organização e melhoria contínua dos serviços de saúde. A produção ambulatorial é robusta, com destaque para ações de promoção e prevenção, enquanto a rede de saúde é composta por sete estabelecimentos, todos sob administração municipal. A gestão de recursos humanos é eficiente, com uma equipe qualificada e a utilização de contratos temporários para atender demandas emergentes.

O financiamento em saúde é bem estruturado, com recursos principalmente direcionados à Atenção Básica e Assistência Hospitalar, embora haja desafios na execução de alguns investimentos. A participação em consórcios amplia o acesso a serviços especializados, reforçando a estratégia do município em garantir a qualidade e a abrangência dos cuidados de saúde oferecidos à população.

SILVIA FERNANDES DA CUNHA CARDOSO
Secretário(a) de Saúde
FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE/MT, 2024

Parecer do Conselho de Saúde

Identificação

- Considerações:

Um exame aprofundado dos dados fornecidos sobre o município de Figueirópolis D'Oeste, Mato Grosso, indica um alto nível de consistência e detalhamento. As informações referentes aos âmbitos territorial, administrativo e de saúde pública mostram-se abrangentes e coerentes, fornecendo um panorama robusto da realidade local.

No que tange à gestão sanitária, a Secretaria de Saúde de Figueirópolis D'Oeste demonstra possuir uma estrutura organizacional adequada para suprir as necessidades da população. A pasta, sob a liderança da secretária Sílvia Fernandes Da Cunha Cardoso, está apta a gerenciar as demandas locais, utilizando para isso canais de comunicação claros e acessíveis ao público.

Um elemento central para a eficácia da saúde no município é a existência de um Fundo de Saúde municipal, o qual está devidamente estabelecido em conformidade com a legislação vigente. A presença desse fundo é um pilar para a autonomia e o planejamento financeiro do setor.

Observa-se, por fim, que a gestão criteriosa e responsável dos valores alocados nesse fundo contribui diretamente para a transparência na prestação de contas. Essa prática de governança assegura maior eficiência na aplicação dos recursos públicos, garantindo que os investimentos sejam revertidos em melhorias efetivas para a comunidade.

Introdução

- Considerações:

O Conselho Municipal de Saúde de Figueirópolis D'Oeste - MT faz questão de sublinhar a importância crítica que o Relatório de Gestão possui. Este documento é visto pelo colegiado como uma ferramenta indispensável para o acompanhamento e a fiscalização das políticas de saúde locais.

A principal razão para essa valorização reside no fato de o relatório ser o instrumento que apresenta, de forma consolidada, os resultados alcançados. Ele permite uma análise comparativa direta entre o que foi planejado e o que foi efetivamente entregue em relação às metas pactuadas.

Além de focar nas metas, o documento também oferece um panorama detalhado da produção de serviços de saúde realizada durante o período em análise, quantificando e qualificando as atividades e atendimentos prestados à população.

Finalmente, o Relatório de Gestão cumpre o papel fundamental de detalhar a execução orçamentária. Ao expor como os recursos financeiros foram alocados e gastos, ele se torna uma peça-chave para a transparência pública e para o exercício do controle social por parte do Conselho e da sociedade.

Dados Demográficos e de Morbimortalidade

- Considerações:

No que tange à distribuição populacional por faixa etária, observa-se um notável equilíbrio entre os gêneros masculino e feminino. Um ponto de destaque é a concentração de habitantes nas faixas etárias de 20 a 39 anos, o que demonstra uma população em idade produtiva expressiva. Esta característica representa um capital humano significativo, com potencial para fomentar o crescimento econômico e o desenvolvimento local.

Paralelamente, a presença de 555 indivíduos com 60 anos ou mais sinaliza uma demanda específica por serviços de saúde. Esse contingente, que constitui uma fração considerável da população total, reforça a necessidade premente de não apenas manter, mas também fortalecer as políticas públicas voltadas ao cuidado integral da pessoa idosa.

Tendências Demográficas e de Saúde

Ao analisar o número de nascidos vivos, nota-se uma tendência de queda no período de 2021 a 2023. Esta variação pode ser encarada como uma janela de oportunidade para a gestão municipal reajustar suas políticas de saúde reprodutiva e de planejamento familiar, adequando os serviços disponíveis às novas dinâmicas demográficas.

É fundamental investigar as causas dessa redução na taxa de natalidade, que podem estar associadas a múltiplos fatores socioeconômicos ou culturais. Uma análise aprofundada desses elementos permitirá ao município desenvolver estratégias mais assertivas de apoio às famílias e de fortalecimento da saúde materno-infantil.

Panorama das Internações Hospitalares

Quanto às principais causas de internação, os dados revelam um aumento no número de hospitalizações em 2024, apresentando uma tendência de crescimento desde o ano de 2021. Este cenário exige um reforço imediato das ações preventivas e de promoção à saúde.

A atenção deve ser redobrada especialmente no que diz respeito às doenças dos aparelhos circulatório, respiratório e digestivo. Da mesma forma, os processos de reabilitação, o tratamento de lesões por causas externas e o manejo de neoplasias (tumores) demandam atenção constante e recursos adequados.

Para reverter essa tendência, é imperativo que a gestão de saúde continue investindo na ampliação do acesso a diagnósticos precoces e na disponibilização de tratamentos adequados. Essas são as estratégias-chave para reduzir efetivamente os índices de internação.

Análise da Mortalidade

A análise da mortalidade por grupos de causas em Figueirópolis D'Oeste revela uma oscilação no número total de óbitos, registrando 29 em 2021, um pico de 31 em 2022, e uma leve redução para 28 em 2023. Mais importante que a variação no total, os dados demonstram uma transição drástica no perfil epidemiológico do município, exigindo um redirecionamento das estratégias de saúde pública.

O ano de 2021 foi claramente dominado por dois grupos principais. As doenças infecciosas e parasitárias (Capítulo I) foram responsáveis por 8 óbitos, um número expressivo.

Em 2022, o cenário mudou radicalmente. Houve uma queda acentuada nas mortes por doenças infecciosas (de 8 para 3), mas um aumento alarmante nas doenças crônicas. As Neoplasias (tumores) (Capítulo II) saltaram de apenas 1 caso em 2021 para 7 em 2022, tornando-se uma das principais preocupações. Da mesma forma, as doenças do aparelho circulatório (Capítulo IX) cresceram de 2 para 6 óbitos, e as do aparelho respiratório (Capítulo X) subiram de 3 para 5.

Os dados de 2023 consolidam essa nova tendência. As doenças infecciosas tiveram uma redução drástica, chegando a apenas 1 óbito, o que sinaliza a eficácia das medidas de controle e vacinação. No entanto, as doenças crônicas se mantiveram como as principais causas de morte: o aparelho circulatório liderou com 5 óbitos, seguido pelas Neoplasias, com 4.

Nota-se também uma melhora significativa na qualidade dos registros, com a redução das causas mal definidas (Capítulo XVIII) de 9 para 4 casos, nível que se manteve em 2023. Contudo, um novo ponto de atenção surgiu neste último ano, com 4 óbitos atribuídos a doenças do aparelho geniturinário (Capítulo XIV), uma categoria sem registros nos dois anos anteriores.

Essa clara transição de um perfil de mortalidade dominado por causas infecciosas para um cenário onde prevalecem as neoplasias e as doenças circulatórias exige uma resposta robusta. É crucial intensificar as políticas de prevenção, rastreamento precoce e tratamento continuado para doenças crônicas, fortalecendo as linhas de cuidado oncológico e cardiológico no município.

Conclusões e Direcionamentos

O conjunto de dados demonstra que o município possui uma boa compreensão de suas necessidades populacionais e dos desafios de saúde pública que enfrenta. As tendências observadas fornecem informações valiosas que devem subsidiar o aprimoramento contínuo das políticas públicas.

Conclui-se que uma atuação preventiva robusta e o fortalecimento das estratégias de atenção primária e especializada são cruciais. O foco prioritário no manejo das doenças crônicas e no combate às neoplasias emerge como o caminho indispensável para continuar promovendo melhorias efetivas na saúde da população de Figueirópolis D'Oeste.

Dados da Produção de Serviços no SUS

- Considerações:

Os dados apresentados demonstram de forma clara que a atuação da gestão municipal, abrangendo os diversos níveis de atendimento à saúde, reflete um compromisso contínuo e estruturado. Este comprometimento não se limita apenas à execução de tarefas, mas se traduz na busca permanente pela melhoria da qualidade dos serviços oferecidos à população.

Verifica-se também que as ações estão alinhadas ao esforço para o cumprimento dos indicadores e metas que foram previamente estabelecidos. A produção de serviços e atividades registrada no período é, portanto, considerada satisfatória, mostrando coerência com os objetivos maiores da saúde pública local.

Diante desse cenário positivo, a aprovação dos dados contidos no relatório é justificada. Essa validação é essencial, pois confere a segurança necessária para dar continuidade ao planejamento estratégico e à execução das políticas de saúde no município, garantindo que as futuras ações estejam baseadas em informações consistentes.

Informamos, na qualidade de Conselho Municipal de Saúde (CMS), que este colegiado realizou uma análise criteriosa e considerou válidas as informações contidas neste tópico específico do relatório apresentado pela gestão.

Por fim, este Conselho aproveita a oportunidade para reiterar e evidenciar a importância crítica de que os Sistemas de Informações em Saúde (SIS) sejam alimentados de maneira rigorosa e em tempo oportuno. A agilidade e a precisão no preenchimento desses sistemas são fundamentais para garantir que os dados permaneçam sempre atualizados, refletindo a realidade e permitindo um acompanhamento fidedigno.

Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

• Considerações:

Uma análise detalhada da infraestrutura de saúde em Figueirópolis D'Oeste revela uma rede de estabelecimentos bem organizada. A forma como as unidades estão distribuídas geograficamente e categorizadas por tipo de serviço demonstra um planejamento estratégico, visando atender de maneira eficiente às diversas necessidades da população local.

A configuração dessa rede é notável pela coexistência de unidades de diferentes esferas administrativas. A presença de estabelecimentos federais, municipais e também da iniciativa privada, atuando de forma complementar, enriquece a capacidade de resposta do sistema de saúde.

Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

• Considerações:

Os dados demonstram uma gestão de recursos humanos que diferencia claramente as categorias profissionais. Há um núcleo robusto e estável de servidores estatutários (39), composto quase que inteiramente por equipes de apoio (administrativos, técnicos de nível médio/superior) e Agentes Comunitários de Saúde.

Em contrapartida, a contratação de profissionais de linha de frente, revela um cenário onde todos os vínculos de trabalho são de contratos. Contudo, é fundamental analisar este padrão não apenas como uma escolha gerencial que prioriza a redução de custos ou a burocracia. Este cenário é, muito provavelmente, um reflexo direto de um dos maiores e mais crônicos desafios do Sistema Único de Saúde (SUS): a extrema dificuldade em atrair e, principalmente, estabilizar (fixar) profissionais médicos em vínculos públicos de longo prazo.

Programação Anual de Saúde - PAS

• Considerações:

Observa-se um comprometimento notável por parte das equipes que atuam nas Unidades de Saúde do município. Esses profissionais demonstram estar ativamente engajados na execução das atividades planejadas, mantendo um foco claro e persistente no cumprimento das metas que foram formalmente pactuadas. Este empenho na ponta do sistema é a força motriz que possibilita a transformação do planejamento em serviço efetivo.

É fundamental ressaltar a importância estratégica do cumprimento dessas metas. Elas não representam meros indicadores burocráticos, mas sim a materialização dos objetivos de saúde pública e o compromisso firmado com o bem-estar da população. O atingimento de cada meta reflete diretamente na melhoria da qualidade de vida, seja na ampliação do acesso, na prevenção de doenças ou na eficácia dos tratamentos oferecidos.

Nesse contexto, o acompanhamento contínuo e rigoroso desses indicadores assume um papel fundamental. O monitoramento periódico não serve apenas como um mecanismo de fiscalização, mas como uma ferramenta de gestão indispensável. É através dele que se torna possível identificar gargalos operacionais, avaliar a real eficácia das estratégias adotadas e, o mais importante, promover correções de rumo em tempo hábil, otimizando a alocação de recursos.

Diante disso, os resultados alcançados no decorrer do ano podem ser considerados satisfatórios. Esta avaliação positiva não é aleatória, mas sim uma consequência direta da análise das diversas ações que foram implementadas e sustentadas pelas equipes. Fica evidente que o desempenho positivo é um reflexo direto da dedicação profissional e da seriedade na execução do plano de saúde estabelecido.

Indicadores de Pactuação Interfederativa

• Considerações:

Sem Parecer

Execução Orçamentária e Financeira

• Considerações:

O Conselho Municipal de Saúde (CMS) informa que, após análise criteriosa das informações contidas neste tópico do relatório, considerou os dados apresentados como válidos e fidedignos. O colegiado atesta a conformidade das informações financeiras e orçamentárias.

Aproveitando a oportunidade, este Conselho salienta e reitera à gestão a importância fundamental de manter um compromisso permanente com a transparência. A aplicação dos recursos financeiros da saúde deve ser conduzida de forma clara, aberta ao controle social e em estrita conformidade com todas as condições e normativas legais impostas pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

No mérito da execução, observa-se que o município de Figueirópolis D'Oeste demonstra um bom e responsável desempenho na aplicação de seus recursos em saúde. Um destaque relevante é que o percentual de investimento realizado ultrapassa o mínimo constitucionalmente exigido pela legislação, indicando um esforço adicional da gestão para com o setor.

O volume de despesas executadas, analisado em conjunto com os recursos recebidos, reforça a percepção de uma capacidade administrativa e financeira sólida. Isso demonstra que o município possui condições não apenas de manter a rede de serviços atual, mas também de planejar a expansão de suas ações em saúde, buscando sempre a garantia de um atendimento de qualidade para toda a população.

Diante do exposto, considerando a consistência dos dados e o cumprimento das obrigações legais, a prestação de contas apresentada pela gestão municipal é, por fim, aprovada por este Conselho. Tal aprovação reflete o reconhecimento da eficácia da administração municipal em gerir, de maneira competente e responsável, os recursos públicos que são destinados à saúde.

Auditorias

• Considerações:

Não foram realizadas auditorias por órgãos de controle no período informado.

Análises e Considerações Gerais

• Parecer do Conselho de Saúde:

Uma análise geral e aprofundada das informações apresentadas, referentes ao primeiro quadrimestre de 2025, permite uma avaliação positiva da condução da saúde pública em Figueirópolis D'Oeste. Os dados demonstram, de forma consistente, que a gestão municipal está trilhando um caminho correto, firmemente orientado para garantir tanto a eficácia operacional quanto a alta qualidade nos serviços prestados à população.

Um dos pilares centrais dessa avaliação positiva reside na gestão financeira e orçamentária. Observa-se que a aplicação dos recursos públicos está sendo realizada com seriedade e competência, mantendo-se rigorosamente alinhada não apenas às exigências legais e constitucionais do SUS, mas também às necessidades reais e prioritárias da comunidade local.

O desempenho no período também se mostra robusto. O município conseguiu alcançar e, em diversos indicadores, até superar metas importantes que haviam sido pactuadas. Isso sinaliza que o planejamento está sendo efetivamente executado, sendo complementado pela implementação de ações de melhoria contínua e pela realização de investimentos significativos para o fortalecimento da rede de saúde.

Com base no conjunto de evidências apresentadas, que comprovam a coerência entre o planejamento, a execução financeira e os resultados assistenciais, este órgão de controle social delibera pela aprovação da prestação de contas e do desempenho de saúde de Figueirópolis D'Oeste referentes a este período.

Esta aprovação, portanto, não é apenas um ato formal, mas o reconhecimento de que o município demonstra um modelo de gestão de saúde pública eficaz. A administração comprova seu compromisso com a transparência, a responsabilidade fiscal e, acima de tudo, com a entrega de valor e saúde à sua população.

Status do Parecer: Avaliado

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE/MT, 20 de Outubro de 2025

Conselho Municipal de Saúde de Figueirópolis D'oeste